

## A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA BREVE ANÁLISE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”

**Dra. Joseli de Fátima Arruda Sousa**  
**Thais Fernanda dos Santos dos Santos**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**RESUMO:** No presente trabalho discutimos a precarização do trabalho de uma forma genérica, abordando a precarização do trabalho docente a partir do Projeto de Lei nº867/2015 denominado de Escola sem Partido do qual faz parte políticas de base conservadora e neoliberal que valorizam a meritocracia, as capacidades e competências dos alunos, e por consequência, levam a desvalorização e precarização do trabalho docente com propostas pedagógicas que enxugam currículos que se dão através, por exemplo, da Reforma do Ensino Médio e do PL Escola sem Partido. Nesse contexto, o que este último projeto propõe implicaria a mudança da função docente através de ataque aos

professores da educação, tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e de avaliar. Diante disso, o objetivo precípua deste trabalho, que está estruturado em um estudo de cunho bibliográfico, consiste em apresentar ainda que de maneira introdutória uma análise do Escola sem Partido e com ela a precarização do trabalho docente que é a liquidação da escola pública como espaço de formação humana. Sobre a base dos pressupostos do Escola sem Partido é que iremos, neste trabalho, expor os problemas advindos desse Projeto de Lei e seus impactos na educação e no trabalho docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Educacional; Censura na escola; Educação.

## THE PRECARIZATION OF TEACHERS WORKING CONDITIONS: A BRIEF ANALYSIS OF THE “APOLITICAL SCHOOL”

**ABSTRACT:** On the present paper we discuss the precarization of the teachers working conditions through the law project number 967/2015, named after “Apolitical School”, which contains conservative and neoliberal policies that encourage the meritocracy, the abilities and competences of the students and, by consequence, lead to the depreciation and precarization of the teachers working conditions by pedagogical prepositions that drain out the school curriculum and happen through projects like the High School Reform and Apolitical School. Regarding this, the propositions of this last project implicates the changing in the function of the teachers at

work, taking away from them the autonomy in teaching, educating and evaluating the students. Therefore, the goal of this of this paper, which is structured on a bibliographic study, consists in an introductory analysis of the project Apolitical School and within it the precarization of the teachers working conditions that is the annihilation of the public school as a place of human formation. On the basis of the presupposes of the project Apolitical School we will show the problems that come from this project and its impacts on both the education and the teachers working conditions.

**KEYWORDS:** *Education public polices; Censure in schools; education.*

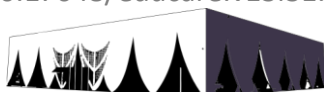


## 1 INTRODUÇÃO

As reformas educacionais que vem sendo implantadas no Brasil vem causando agudizada precarização do ensino público e na profissão docente. Tais reformas no campo educacional são consequências de mudanças no campo social, político e econômico. Essa precarização está ocorrendo em todos os níveis e modalidades da educação pública. A educação brasileira encontra-se seguindo a lógica do sistema de produção capitalista, que está voltado para o acúmulo de capital e apropriação da mais-valia produzida pela classe trabalhadora. Trata-se, portanto, de uma educação técnica, utilizada por uma classe para se manter no poder através da implantação de ideologias alienantes, impedindo a classe trabalhadora de compreender a importância dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos para formação e emancipação humana.

Assim, iniciamos este trabalho com uma análise do programa “Escola sem partido”, denominado Projeto de Lei nº867/2015 do qual faz parte políticas neoliberais que valorizam a meritocracia, capacidades e competências dos alunos. Este projeto é tido como continuidade de políticas que visam o desmonte das instituições de educação pública, gratuita e de qualidade. Para isso, nos utilizaremos de artigos produzidos no livro recém lançado, organizado por Gaudêncio Frigotto que tem como título “Escola sem Partido Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira” e também no *site* online do projeto “Escola sem Partido”.

Finalizamos, apresentando as consequências desse projeto “Escola sem Partido”, que é a liquidação da escola pública enquanto espaço de formação humana e a desvalorização e precarização do trabalho docente.



## 2 O PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO”

O projeto “Escola sem Partido” foi criado em 2004, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006, 2006-2010), tendo como objetivo combater a doutrinação política e ideológica em sala de aula, que segundo aqueles que o propõem, fere a liberdade de consciência do estudante (PENNA, 2017) e, assim, “afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático”,<sup>1</sup> pois utiliza o sistema de ensino para desqualificar no jogo político em favor de um dos competidores ou partido.

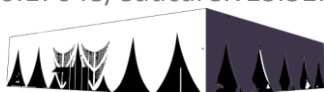
Naquele momento não havia um terreno propício para que esse projeto ganhasse notoriedade. Passada uma década, o projeto, retorna à baila, utilizando-se de uma linguagem simplista, ou seja, o próprio senso comum, apresentando de forma reduzida questões a falsas alternativas, desta maneira:

Em 2014, o Deputado Estadual Flávio Bolsonaro (RJ) solicitou ao criador do projeto, o Procurador Miguel Nagid, que desenvolvesse um projeto de lei para por em prática as proposta de seu movimento. Apresentado a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj), o Projeto de Lei nº 2.974/2014 é proposto no âmbito do sistema de ensino do estado. Ato a seguir, o Vereador Carlos Bolsonaro apresentou a Câmara dos Vereadores “um projeto quase idêntico, o PL nº 867/2014”. Em seguida, Miguel Nagib disponibilizou ambos no *site* do programa, para deputados e vereadores de qualquer parte do Brasil (CIAVATTA, 2017, p. 12).

O movimento se apresenta através de um *site* que funciona como um meio de:

veiculação sistemática de ideias, de instrumentalização de denúncias e de disseminação de práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização relativos ao que seus organizadores entendem como “Práticas de doutrinação” (ALGEBAILLE, 2017, p. 64).

O *site* oferece suporte para que os alunos possam realizar o monitoramento e identificação de “Práticas de doutrinação” nas salas de aula,



livros didáticos, programas formativos em materiais escolares e acadêmicos, e principalmente, das atividades docentes para denunciá-los.

Conforme o *site*, a página online do projeto “Escola sem Partido”:

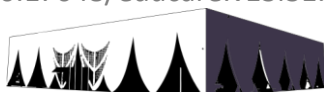
é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. O pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo<sup>2</sup>

O *site* tem como intuito que alunos, pais e/ou responsáveis compreendam que o projeto busca que os mesmos tenham conhecimento dos seus direitos e os professores passem a cumprir o que está posto, coloca que o programa propõe “informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores; basta informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar”<sup>3</sup>.

Sabemos que a intenção desse projeto é de liquidar a escola pública como espaço de formação humana, de valorização e respeito ao direito a diversidade, os valores de liberdade e de convívio democrático. Esse projeto censura, condena e reprime os professores de expressarem seu pensamento e análise crítica da realidade, também é um meio de privar o aluno de escola pública de compreender a sociedade e que adquira consciência da classe a qual pertencem, e mais, que isso pode ser mudado. Pois, o que buscamos como nos afirma Frigotto, é que,

as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e lucro, querem que aprendam, mas também que eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país (FRIGOTTO, 2017, p. 23).

Esse projeto busca o contrário daquilo que primamos enquanto educadores, busca a conformação e a perpetuação da sociedade de classes.



O projeto objetiva também uma lógica de desqualificação do professor, por aproximar-se de uma lógica de mercado, “que consiste em pensar a educação como uma relação entre alguém que está prestando um serviço e um consumidor. Isso é explícito”. Considerando que, “Miguel Nagib<sup>4</sup> afirma que a inspiração do projeto Escola sem Partido foi no Código de defesa do consumidor”. Dessa forma, fica evidente “que o projeto é baseado no Código de Defesa do Consumidor, uma tentativa de pensar a educação como uma relação de consumo” (PENNA, 2017, p. 39).

Desta forma, a educação se torna uma mercadoria, uma relação de troca entre quem usufrui de recurso financeiro e quem vende sua mão-de-obra pelo menor custo. O professor nesta relação de troca tem que se sujeitar a receber o que lhe oferecem em troca de seu serviço e as condições postas pelos clientes, e caso não se submeta, será descartado e substituído imediatamente por outro que aceite as condições.

Para Penna (2017) o Código de Defesa do Consumidor fica explícito no artigo 5º Dever do professor proposto pelo *site* do Programa Escola sem Partido, na qual “o professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”<sup>5</sup>. Deste fragmento podemos confirmar que “no modelo de mercado, a relação educacional é reduzida a uma relação de consumo, então o aluno é consumidor, ele tem direito de demandar o que ele bem entender do prestador” (PENNA, 2017, p. 40).

O *site* do projeto tornou-se rapidamente uma ferramenta de ameaça e repressão do trabalho dos docentes de escolas básicas e ensino superior públicos. As redes sociais são as mais utilizadas pelos agressores que usam frases e analogias em relação ao professor que fere profundamente sua humanidade. Conforme Penna,

Pelas analogias voltadas à docência, que desumanizam o professor. Normalmente, analogias que tratam o professor como um monstro, um parasita, um vampiro. No próprio “Quem somos” do *site*



escolasempartido.org, como eles descrevem? “Uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de *contaminação* político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis de ensino, do básico ao superior” (PENNA, 2017, p. 42).

Através da análise feita do projeto “Escola sem Partido” podemos perceber a essência do mesmo, que consiste em silenciar o professor em sala de aula impedindo a transmissão de conhecimento sistematizado ao aluno da escola pública, justificando assim o ataque, a precarização e a desvalorização do seu trabalho. O *site* criado pelos defensores da PL n° 867/2015 e demais projetos em âmbito nacional, estadual e municipal, propõe “um canal de denúncia direto entre os alunos e a Secretária de Educação que receberia denúncias anônimas e passaria para o Ministério Público. Esse clima de denunciismo já é muito forte” (PENNA, 2017, p. 44).

Em concordância com Penna (2017, p. 48), “temos que continuar pressionando para impedir o avanço, no legislativo, desses projetos, mas algo que assusta muito é o fato de esse discurso já estar sendo compartilhado por parte da nossa sociedade”. Afinal, o projeto ignora o que está legitimado na Constituição Federal e assim, impede de os professores realizarem sequer sua defesa perante os alunos, pais e sociedade, sendo “um projeto de lei que versa sobre a ética profissional do professor e não inclui esse professor em nenhum momento, seja ao longo da tramitação ou nas audiências públicas” (PENNA, 2017, p. 48).

### **3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE A PARTIR DO “ESCOLA SEM PARTIDO”: LIQUIDAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO HUMANA.**

No atual sistema de divisão social do trabalho em classes distintas e hierarquizadas, a educação encontra-se voltada para a perpetuação da reprodução do capital. Como aponta Chauí (1984), é preciso distinguir duas



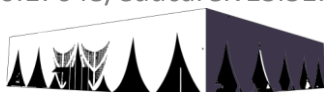


faces do trabalho vinculadas a esta divisão hierárquica do trabalho. De um lado, está o lado livre e espiritual do trabalho, que surge como expressão de uma vontade livre e dotada de fins próprios, determinados pela classe burguesa; de outro, há o trabalho realizado pelo trabalhador assalariado, comparado ao trabalho da máquina, que surge para este indivíduo como mera necessidade e para quem os fins do trabalho são estranhos. A autora, pautada em Marx discorre que,

o processo que engendra o capitalismo só pode ser um: o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de seu trabalho, processo que, por um lado, converte em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto, por outro lado converte os produtores diretos em assalariados (CHAUI, 1984, p. 14).

Neste sistema, por meio da imposição de um currículo, a classe detentora dos meios de produção e, portanto, hegemônica, determina quais conhecimentos serão transmitidos para as demais classes. Porém, este currículo é contraditório ao que Saviani (2016) coloca, na qual currículo são atividades nucleares desenvolvidas pela escola ao longo do ano letivo, atividades estas direcionadas para que os alunos tenham uma boa educação e formação. O currículo deve ser voltado para transmitir os conhecimentos sistematizados, elaborados e produzidos ao longo do tempo pela humanidade, ou seja, transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados.

Segundo Saviani (2016) o currículo disponibilizado para as demais classes, – as menos abastadas – possui restrição no acesso à cultura erudita, pois a classe detentora dos meios de produção tem conhecimento que conferirá, aqueles que dela se apropriam, uma condição de privilégio. Assim, segundo o autor, as demais classes devem ter acesso a um currículo, na escola, que proporcione o acesso à cultura letrada, pois para se libertar da dominação, os dominados precisam dominar aquilo que os dominantes dominam. Isso pode ocorrer através da democratização da escola, mas para democratizar a escola, é necessário torná-la acessível para toda população, e ao mesmo tempo, oferecer o



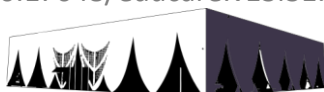
conteúdo específico, ou seja, da cultura letrada, do saber sistematizado. O povo não precisa da escola para ter acesso à cultura popular, esta já possui, mas precisa da escola para ter domínio do saber elaborado (SAVIANI, 2016).

Assim, “compreender as práticas curriculares nesta perspectiva, atravessadas pelas exigências da nova ordem econômica e política, torna-se necessário, ainda que difícil” (SAMPAIO; MARIN. 2004, p.1205). O currículo mínimo das escolas públicas está limitado ao mero saber técnico, por meio do qual o aluno pertencente à classe trabalhadora tem condições de aprender somente o suficiente para conseguir trabalhar, tomemos como exemplo recente, a reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016, aprovada e transformada na Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017, que se “trata de uma reforma contra os filhos da classe trabalhadora, negando-lhes o conhecimento necessário ao trabalho complexo e à autonomia de pensamento para lutar por seus direitos” (FRIGOTTO, 2017, p. 357). A proposta da reforma do Ensino Médio visa o crescimento econômico do país através da inserção maciça de jovens no mercado de trabalho,

a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade. Nessa perspectiva, no âmbito da educação, seriam aspectos necessários para elevar as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional (FRIGOTTO, 2017, p. 357-358).

Assim, se apresenta a velha dualidade da educação, dos anos de 1970, a universidade para os filhos de quem está na condução do país e educação profissional, em nível médio, para os filhos de trabalhadores.

Neste contexto, a maioria dos indivíduos que compõem a base da escala de produção tem acesso a uma educação que está voltada a ensiná-los o necessário para produzir mercadorias e gerar riquezas, pois “todos os sujeitos que tem apenas a força de trabalho para produzir existência, vivem sob o domínio do capital [...]” (GHELLERE, GOLÇALVES, 2013, p. 70).





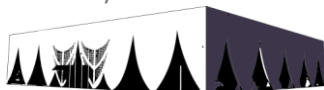
Dessa forma, o docente com formação crítica voltada para emancipação humana, nesse quadro esboçado da Escola sem Partido, ao atuar numa instituição de ensino com seu trabalho direcionado a conscientizar seus alunos e colegas de profissão sobre a importância de lutar para romper com a lógica do capital é tido como “doutrinador ideológico”, sofrendo repressão pelos alunos e colegas de profissão, pois oferecer conhecimento científico e político à classe trabalhadora representa uma ameaça para classe detentora de poder, logo o trabalho docente pode contribuir para o fim da acumulação de capital, assim, nesse tipo de política:

[...] se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores. Ou seja, as reformas em curso tendem a retirar deles a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Podemos observar essa situação, na qual o trabalho docente vem sofrendo crescente precarização por representar uma ameaça ao sistema, dessa maneira:

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho do Estado tem tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego do magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

A Educação pública e o trabalho docente vêm ao longo dos anos sofrendo com a precarização, tanto que o ensino que deveria ser público, gratuito e de qualidade garantido pelo Estado, está sendo substituído por um ensino de baixo custo e flexibilização do trabalho, na qual oferece melhores condições ao empregador, seja ele o Estado ou não, de usufruir da Lei e se beneficiar nas relações de contratação e demissão. A exemplo disso, segundo o Jornal Online CBN Diário:



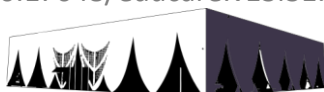
[...] prefeitura de Angelina, pequeno município da Grande Florianópolis, abriu licitação para a contratação de serviços para professor de educação física pelo menor valor. Conforme o edital da prefeitura, o valor máximo oferecido para um serviço de 20 horas não poderia ultrapassar R\$ 1,2 mil<sup>6</sup>.

A abertura de um leilão para contratar professor por menor preço desconsidera que o recomendado é por Concurso Público ou Processo Seletivo Simplificado (temporários), que garante direitos trabalhistas de recebimento do salário inicial da categoria.

Assim, se utiliza a precarização do público para difundir a privatização e reafirmação da educação enquanto mercadoria, na qual quem desejar uma educação com conteúdo científicos, filosóficos, artísticos e epistemológicos, deve recorrer ao ensino privado, já mercadoria.

Desta forma, o ensino público deverá permanecer com instalações precárias das escolas, “condições precárias de formação, de trabalho e de salário dos professores, inadequação e insuficiência dos currículos, materiais didáticos e métodos pedagógicos” (SAVIANI, 2005, p. 267), acreditando que os mesmos não melhorarão sua condição financeira devido sua falta de esforço e competência, sendo assim condenados e castigados pela “meritocracia”, pois “O Capital tem interesse em conformar sujeitos que aprenderão a valorizar o mérito individual, a mudança, a flexibilidade, a insatisfação “saudável” com o nível de aperfeiçoamento conseguido [...]” (FERRETTI, 2005, p.112).

Concomitantemente, à desvalorização da escola pública acontece com a precarização do trabalho docente, o que faz com que o docente tenda a aumentar suas atribuições para atender a necessidade do mercado de trabalho, devendo tornar-se flexível para executar diversas atividades no âmbito educativo e sujeitar-se a longas jornadas de trabalho, como adverte Oliveira (2004, p. 1140): “os trabalhadores docentes veem-se forçados a dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções”. Além de que, o que está na esteira



do discurso é que a escola pública não é boa porque os professores não são bons, não são bem formados, o que o discurso não evidencia são as condições de trabalho cada vez mais extenuantes, salários aviltantes e nenhum incentivo ou estímulo para melhor qualificação.

Como podemos ver, são diversos os fatores que acarretam a precarização do trabalho docente. Para Sampaio e Marin,

Questões bem visíveis da precarização do trabalho do professor refere-se ao salário recebido pelo tempo de dedicação as suas funções, sobretudo quando se focaliza a imensa maioria, ou seja, os que atuam nas diversas escolas da rede pública (SAMPAIO; MARIN. 2004, p.1210).

Ainda segundo Sampaio e Marin (2004, p. 1210) sobre o salário:

A situação salarial brasileira melhora um pouco com o passar dos anos de atividade docente, por meio dos incentivos dados como adicionais por tempo de serviço ou de qualificação. Assim mesmo permanecem em posição bem inferior comparados com os incentivos dados em outros países.

As condições de trabalho e o salário são fatores que incidem fortemente sobre a precarização do trabalho docente, mas não são os únicos. O projeto de Lei “Escola sem Partido” visa à retirada de autonomia do docente em sala de aula.

Além da distorção sobre o que sejam os processos educativos, o projeto pretende o “silenciamento” do professor da escola pública, colocando-o “no lugar do elemento perigoso, que precisa ser contido, calado e ‘amordaçado’ para não ameaçar e contrariar a liberdade de consciência e de crença dada pela educação familiar (CIAVATTA, 2017, p. 13).

A precarização do trabalho docente está aumentando devido à ideologia implantada pelos detentores do poder que veem esta profissão como ameaça ao sistema conservador, reproduzido pela mídia “que manipula a opinião pública com a produção sistemática das versões da realidade, versões que interessam a quem essa mídia representa e da qual é parte: o capital” (FRIGOTTO, 2017, p.



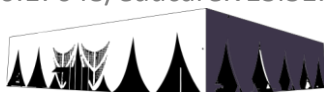
20). Infelizmente, quem é atingido por essas informações manipuladas pela mídia são pessoas que não possuem escolaridade ou com baixo nível de escolaridade e poder econômico. Assim:

A miséria econômica de milhões de famílias, em especial as que vivem nas periferias urbanas em favelas e nas regiões rurais abandonadas ao seu destino, às condenam também à miséria educacional e cultural e as deixam reféns da manipulação da mídia e de um crescente mercado de seitas religiosas que usam “deus” como mercadoria (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

Desta maneira, o docente que busca proporcionar aos seus alunos conhecimento para uma formação crítica, política e emancipatória é uma ameaça à hegemonia política e econômica brasileira e mundial. Portanto, utilizam-se projetos como o “Escola sem Partido” para retirar a autonomia do professor em sala de aula na forma de trabalhar o conteúdo voltado para aquisição dos conhecimentos produzidos pela humanidade, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior. O docente que enfrenta o sistema opressor é tido como doutrinador, devendo ser combatido desde sua formação docente, conseqüentemente:

O passo necessário neste processo implicaria a mudança da função docente iniciando pelo ataque aos profissionais da educação, tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e de avaliar. No mesmo processo, atacar as universidades públicas com a justificativa de que, ao incluírem em seus currículos de formação de professores de economia, Sociologia, Filosofia, etc., ideologizam o que deve ser a formação docente – treinar para ensinar. Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do poder (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

Desta forma, o projeto “Escola sem Partido” contribui para precarização do trabalho docente no ensino superior, principalmente de instituições públicas de ensino e pesquisa, intimidando e constringendo estes profissionais com acusações de que o mesmo “adota ou indica livros, publicações e autores \_ identificados com determinada corrente ideológica”, tirando sua liberdade de



escolha de materiais relacionados à disciplina por afirmarem que “ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas”<sup>7</sup>.

A liberdade de ensinar na profissão docente é garantida na Constituição Federal, como aparecem no artigo 206, Inciso II: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, assim no projeto de Lei “eles estão excluindo todas as atribuições vinculadas ao ofício do professor, à sua atividade profissional, ou melhor, dizendo à docência” (PENNA, 2017, p. 41). O projeto está tornando os docentes prisioneiros em suas salas de aula, impedindo-os de executar o que já está garantido e estabelecido por conquistas anteriores. Portanto, “a desqualificação do professor no projeto parece como a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão” (PENNA, 2017, p. 41).

A Constituição Federal de 1988 possibilitou a ampliação significativa dos direitos sociais e subjetivos aos cidadãos brasileiros, mas caso seja aprovado o Projeto de Lei ocorrerá à violação de avanços históricos como:

[...] o direito universal à educação básica, incluindo o ensino fundamental e médio; o reconhecimento de cidadania aos povos originários com a diversidade de sua cultura, suas línguas e suas crenças; ampliação dos direitos aos portadores de necessidades especiais etc.” (FRIGOTTO, 2017, p. 21).

O *site* de divulgação do programa “Escola sem Partido” gera desqualificação do trabalho docente através do discurso “constante de que nenhum pai é obrigado a confiar no professor” (PENNA, 2017, p. 38) retirando a credibilidade do professor perante os pais e a sociedade. Desta forma, “o *site* faz esse chamamento e acolhe parte das respostas, incorporando-as ao seu programa geral de discussão” (ALGEBAILLE, 2017, p. 69), depoimentos estes que são utilizados para denegrir a imagem dos docentes e sua profissão perante os pais e demais membros da sociedade.



Assim, a criação do *site* que supostamente visa interação entre as “vítimas” de “doutrinação ideológica” com seus defensores, ocultando assim seu propósito de:

Incorporar pessoas de forma utilitária, seletiva e subordinada, de modo que elas possam, por meio de sua participação fragmentária, referendar posições que já estão definidas e decisões que são tomadas por um rol bem mais restrito de participantes (ALGEBAILLE, 2017, p. 69).

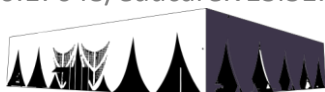
O projeto ainda realiza ataques aos docentes da educação básica e superior, colaborando com a desvalorização do docente e do seu trabalho. Em concordância com Ramos (2017, p. 81):

Uma das contradições virtuosas próprias à educação escolar é exatamente o fato de que o acesso ao conhecimento sistematizado da classe trabalhadora possibilita a essa classe compreender o mundo e ampliar sua capacidade de transformá-lo, primeiramente no plano mais imediato de suas vidas e, mediatamente, por meio de sua organização coletiva. Assim, o sentido político do conhecimento está no fato de que o acesso a ele, pelos dominados, é força material na luta social.

Os defensores do projeto acusam os docentes de serem doutrinadores ideológicos em sala de aula por abordarem conteúdos que os mesmos apontam que não deveriam ser discutidos na escola como raça e etnia, religiosidade e gênero, capitalismo e socialismo. Sendo que “o pensamento hegemônico que orienta historicamente a educação brasileira não é de esquerda, ao contrário, as forças conservadoras tem tido êxito em suas orientações” (RAMOS, 2017, p.80).

Desta forma, podemos compreender como estão distribuídos o conhecimento e o motivo da preocupação dos dirigentes do poder com os docentes com formação crítica e emancipatória:

A desigualdade na distribuição do conhecimento que interessa à classe dominante e dirigente explica, então, porque neste país se continua tendo escolas pobres e para pobres. Explica, ainda, porque a Escola sem Partido quer controlar particularmente as políticas curriculares e a prática pedagógica da escola pública. Para eles, certamente, o professor que vem dos segmentos populares ou os “intelectuais de esquerda” que





atuam nessas escolas são ameaçadores. Daí controlá-los, persegui-los e criminalizá-los” (RAMOS, 2017, p. 82).

Portanto, o projeto possibilita que os dirigentes do poder econômico e político possam utilizar pais, membros da comunidade, da sociedade e alunos para defender seus interesses e gerar medo e coerção nos docentes. Infelizmente, poucos são capazes de compreender as consequências adquiridas com a aprovação da PL que pode levar a liquidação da escola pública como espaço de formação humana. Assim, a formação torna-se efetivamente direcionada para o mercado de trabalho, na qual o indivíduo vai depender de um conjunto de saberes, competências e credenciais, passando a educação a ser um investimento individual e não coletivo. A educação transforma-se efetivamente em negócio do capital, mera mercadoria, na qual somente quem usufrui de recurso financeiro terá acesso.

No cenário apontado, Espinosa e Queiroz (2017, p. 61) nos mostram com clareza a dimensão o projeto “Escola sem Partido”, ele “se coloca como uma ferramenta para que, neste momento conturbado por que passa a política e a sociedade brasileira, seja implantado um projeto de um forte retorno ao conservadorismo após treze anos de governos progressistas no Brasil”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

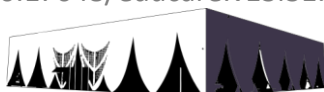
As considerações acima, resultantes da análise do projeto de lei “Escola sem Partido”, têm como foco expor as consequências trazida por esta PL, que propõe o fim da suposta “doutrinação ideológica” por parte dos professores do ensino básico e superior das instituições públicas. O objetivo foi mostrar que essas acusações aos docentes apresentam interesses econômicos e políticos implícitos por parte de seus defensores.



Para que o objetivo da PL seja alcançado foram lançados ataques aos responsáveis na transmissão de conhecimento, ou seja, o docente. O professor passou a ser visto como ameaça para aqueles que “advogam o fim da escola e o esvaziamento dos conteúdos educacionais e a desvalorização do magistério” (ORSO, 2017, p. 137), devendo ser calado para evitar que sejam reveladas a lógica do atual sistema produtivo, econômico e político. Desta forma, o trabalho docente tornou-se alvo de ofensas agressivas, hostilizações por parte da sociedade como um todo, sendo utilizado como ferramenta para desviar os olhos do verdadeiro problema da sociedade: o Sistema Capitalista.

Podemos observar o ataque à classe de professores por meio da precarização, desvalorização e retirada de sua autonomia de ensinar e como trabalhar em sala de aula, tendo suas atividades escolares e materiais monitorados. Os defensores do PL colocam o docente como um criminoso, que deve ser vigiado e denunciado quando descumprir as regras, ou seja, ao transmitir o conhecimento produzido pela humanidade o docente está cometendo o que a classe detentora aponta como crime, oferecendo emancipação humana e política para que a classe trabalhadora reivindique o fim da exploração, das classes sociais e da dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

Portanto, os docentes devem lutar em coletividade com sua classe para combater este mal que assombra a educação pública, impedindo que esta instituição seja direcionada ao ensino de competências e habilidades para o mercado de trabalho, a reprodução de mão-de-obra barata e ofereça uma formação não humanizadora. Os profissionais docentes devem persistir e ter resistência para que a escola pública permaneça como espaço de formação humana, impedindo que ocorra o seu desmonte, “a desvalorização dos profissionais e o esvaziamento das possibilidades de ensinar, aprender e educar” (ORSO, 2017, p. 133).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

#ESCOLASEMPARTIDOJÁ: **O projeto.** Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/projeto>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 63-74.

CBN DIÁRIO. **Prefeitura de Angelina abre leilão para contratar professor por menor preço.** Disponível em: <http://cbndiario.clicrbs.com.br/sc/noticia-aberta/prefeitura-de-angelina-abre-leilao-para-contratar-professor-por-menor-preco-193952.html>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

CHAUÍ, Marilene de Souza. **O que é ideologia.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 07-15.

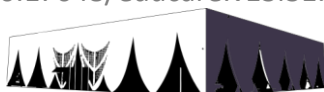
ESCOLA sem Partido: Flagrando o Doutrinador. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ESPINOSA, Betty R. Solano.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Estado sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 49-62.

FERRETTI, Celso João. Empresários, Trabalhadores e Educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, José Claudinei ; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis. (Orgs.) **Capitalismo, Trabalho e Educação.** 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005, p. 97-118.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-34.

GHELLERE, Francielle de Camargo; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. **Reflexões acerca da educação na sociedade de classe.** Pará de Minas, MG: Editora Virtualbooks, 2013.



OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: **Educação e Sociedade**, v.25, n.89. Campinas, Set./Dez. 2004, p. 1127-1144.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. (Org). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** – 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORSO, Paulino José. Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 133-144.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho docente. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 75-85.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN. Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. In: **Educação e Sociedade**, v.25, n.89. Campinas, Set./Dez. 2004, p. 1203-1225.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. IN: **MOVIMENTO Revista de educação.** Ano 3, número 4, 2016.

SAVIANI, Dermeval. Educação Socialista, Pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In.: SAVIANI, Dermeval & LOMBARDI, José Claudinei.(orgs.) **Marxismo e Educação: Desafios contemporâneos.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

---

<sup>1</sup> Para maiores informações, consultar: <http://www.programaescolasempartido.org/saiba-mais>. Acesso em: 10/06/2017.

<sup>2</sup> Para maiores informações, consultar: <http://www.programaescolasempartido.org/saiba-mais> . Acesso em: 10/06/2017.

<sup>3</sup> Para maiores informações, consultar: <http://www.programaescolasempartido.org/saiba-mais>. Acesso em: 10/06/2017.

<sup>4</sup> Mais detalhes sobre isso consultar artigo de Eveline Algebaile. Escola sem Partido: o que é, como age para que serve. Inclusive esse artigo mostra um pouco quem é Miguel Nagib e porque defende esse projeto.



<sup>5</sup> Para maiores informações, consultar: <http://www.programaescolapartido.org/saiba-mais> . Acesso em: 10/06/2017.

<sup>6</sup> Para maiores informações, consultar: <http://cbndiario.clicrbs.com.br/sc/noticia-aberta/prefeitura-de-angelina-abre-leilao-para-contratar-professor-por-menor-preco-193952.html>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

<sup>7</sup> Para maiores informações, consultar: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em: 10/06/2017.

Recebido em: 13/03/2018  
Aprovado em: 10/10/2018

